



Proposta

Orçamento do Estado 2026

Análise Económica e Fiscal ➔



MANAGING YOUR RISK

**EMBRACING
YOUR BUSINESS**

— outubro 2025



“Um documento sem surpresas, que privilegia a estabilidade e a consolidação das contas públicas.”

“Pela negativa, a ausência de políticas verdadeiramente reformadoras, e a manutenção de uma das mais elevadas taxas de esforço fiscal da União Europeia”.

Samuel Fernandes de Almeida
Managing Partner



Legal500



Principais previsões

- **Crescimento económico de 2,3%:** o Ministério das Finanças projeta um crescimento económico ligeiramente superior à média das restantes instituições, refletindo medidas já aprovadas (IRS, pensões), e um desemprego mais baixo (~6%)
- **Saldo orçamental:** +0,3% do PIB (2025) e +0,1% (2026) – excedente orçamental
- **Dívida pública:** dívida pública desce para 90,2% do PIB em 2025 e para 87,8% em 2026 — abaixo de 90% pela primeira vez desde 2009
- **Inflação:** estimada de 2,1% em 2026 (0,3% abaixo do ano de 2025)
- **Desemprego:** segundo as previsões, a taxa de desemprego estimada será de 6% em 2026, abaixo da taxa de 6,1% em 2025
- **Aumento do salário mínimo nacional:** para € 920 em 2026, representando um aumento de € 50, face aos atuais € 870
- **Receita fiscal do Estado:** 64 237 M€ (2025) → 67 065 M€ (2026), +4,4%.
Destaques: IRS +5,0%, IVA +5,1%, IRC -2,0% pela redução da taxa em 1 p.p. – carga fiscal em 34,9% do PIB
- Saldo primário de 2,1% do PIB

Receita fiscal do Estado

Categoria	Medida / Impacto	Valor (M€)
IRS	Efeito salários (+) e redução taxas (-)	+71
IRC	Redução taxa -1% e reversão SIFIDE indireto	-176
ISP	Reversão isenção biocombustíveis	+100
Contribuições sociais	Aumento da massa salarial	+341

Fonte: Relatório da Proposta de Orçamento do Estado 2026

Quanto às principais medidas de política orçamental com impacto em 2026, destaca-se o resultado líquido das novas medidas com ligeira redução do saldo global (mais despesa que receita), mas manutenção de excedente global de +0,1% do PIB em 2026.

Receita fiscal do Estado

Imposto	2025	2026	Variação %
IRS	18 559	19 496	5,00%
IRC	9 732	9 532	-2,0%
Outros impostos diretos	122	439	259,60%
IVA	26 165	27 489	5,10%
ISP	4 067	4 254	4,60%
Imposto do Selo	2 333	2 458	5,40%
IUC	569	602	5,70%
Outros impostos indiretos	2 691	2 795	3,80%
Total Receita Fiscal	64 237	67 065	4,40%

Fonte: Relatório da Proposta de Orçamento do Estado 2026

[1] A rubrica “Outros impostos diretos” inclui CESE, AIMI, CSB e o ASSB.

[2] A rubrica “Outros impostos diretos” inclui ISV, Imposto sobre consumo do tabaco, IABA, CEIF, CEFID e CAV

Receita fiscal do Estado

Escalões e taxas de IRS para 2026		
Rendimento coletável (€)	Taxas (%)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 8.342,00	12,50	12,500
Mais de 8.342,00 até 12.587,00	15,70	13,579
Mais de 12.587,00 até 17.838,00	21,20	15,823
Mais de 17.838,00 até 23.089,00	24,10	17,705
Mais de 23.089,00 até 29.397,00	31,10	20,579
Mais de 29.397,00 até 43.090,00	34,90	25,130
Mais de 43.090,00 até 46.566,00	43,10	26,472
Mais de 46.566,00 até 86.634,00	44,60	34,856
Mais de 86.634,00	48,00	-

Fonte: Proposta de Lei 37/XVII/1 - Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2026

Análise

Uma Proposta de OE com escassas medidas fiscais estruturais, uma opção que se saúda, privilegiando a estabilidade legislativa e as alterações estruturantes para diplomas avulsos.

O crescimento da receita fiscal é essencialmente impulsionado pelo aumento dos salários e do consumo, compensando parcialmente a redução de 1 p.p. da taxa de IRC.

A nível do IRS, prevê-se a descida das taxas de IRS nos escalões intermédios (2.º ao 5.º escalão). As taxas do 1.º e os últimos escalões (6.º ao 9.º) mantêm-se inalteradas, ainda que os escalões sejam atualizados em 3,5%. O aumento do emprego e da remuneração média por trabalhador são apontados como os principais fatores que sustentam a subida da receita, apesar da redução prevista das taxas.

No IRC estima-se uma ligeira redução da receita [9 732 → 9 532 (-2,0%)], refletindo o impacto direto negativo causado pela descida da taxa em 1 p.p. Este efeito negativo é atenuado pelo fim do SIFIDE indireto. De destacar a reposição das tributações autónomas agravadas para entidades com prejuízos fiscais.

Análise

No IVA a receita aumenta de 26 165 para 27 489 (+5,1%), acompanhando a trajetória do consumo privado nominal e da inflação esperada. A principal novidade para 2026 — a introdução do regime de Grupos de IVA em Portugal — encontra-se remetida para diploma próprio.

Ao nível dos impostos diretos, é ainda de salientar o peso das contribuições setoriais – nas quais se inclui a Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (“CESE”), o Adicional ao IMI (“AIMI”) e a Contribuição sobre o Setor Bancário (“CSB”) – que se espera que venha a aumentar para 439 milhões de euros em 2026 (+259,6% face ao ano anterior). De destacar a alteração efetuada ao regime da CESE – motivada pela declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral no que se refere à sua incidência sobre concessionárias das atividades de transporte, distribuição ou armazenamento subterrâneo de gás natural – o que, consequentemente, se reflete na receita estimada deste tributo, que cai, em 2026, para 52 milhões de euros (face aos 125 milhões de euros do ano anterior).

De destacar que, paralelamente ao Orçamento de Estado, estão previstas diversas medidas fiscais, das quais destacamos as medidas no domínio da habitação (centradas na habitação jovem e arrendamento acessível), a introdução dos Grupos de IVA, a redução faseada da taxa de IRC para 17% até 2028.

Previsões macroeconómicas

Previsões de outras instituições para 2025-2026

Indicador	2025 (estimativa)						2026 (previsão)					
	MF	BdP	CFP	OCDE	FMI	CE	MF	BdP	CFP	OCDE	FMI	CE
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)												
PIB	2	1,9	1,9	1,9	2,0	1,8	2,3	1,8	1,8	1,9	1,7	2,2
Consumo privado	3,4	3,3	3,3	2,8	-	3,2	2,7	1,4	2,3	1,6	-	2,8
Consumo público	1,5	1,6	1,6	1,2	-	1,2	1,2	0,3	2,6	1,0	-	1,2
Investimento (FBCF)	3,6	3,0	3,6	3,2	-	3,5	5,5	3,7	5,5	3,7	-	4,3
Exportações de bens e serviços	1,5	1,1	0,9	1,3	2,0	1,7	1,8	3,8	1,8	2,6	1,9	2,8
Importações de bens e serviços	4,0	4,7	4,2	2,3	2,9	4,3	3,6	3,7	3,7	2,7	2,7	4,1
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)							0,0					
Procura interna	3,2	-	3,4	2,3	-	2,9	3,1		2,8	1,9	-	2,7
Procura externa líquida	-1,2	-	-1,5	-0,4	-	-1,1	-0,9		-1,0	0,0	-	-0,5
Evolução dos preços (taxa de variação, %)							0,0					
Deflator do PIB	3,6	4,1	3,6	2,5	2,6	3,1	2,5		2,4	2,1	2,3	2,2
Taxa de inflação (IHPC)	2,4	2,2	2,3	2,1	1,9	2,1	2,1		2,1	2,1	2,1	2,0
Evolução do mercado do de trabalho (taxa de variação, %)							0,0					
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	1,7	1,8	1,5	1,8	0,5	1,0	0,9		0,9	0,3	0,4	0,9
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,1	6,2	6,1	6,4	6,4	6,4	6,0		6,0	6,4	6,3	6,3
Produtividade aparente do trabalho	0,3	-	0,3	0,1	-	0,7	1,4		0,9	1,6	-	1,3
Remunerações por trabalhador	5,4	-	6,3	4,9	-	4,9	5,3		4,2	3,5	-	4,0
Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)												
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	3,1	3,6	2,8	-	-	2,4	3,0		2,3	-	-	2,0
Saldo da balança corrente	1,1	-	1,2	1,1	1,7	1,2	0,7		0,6	1,1	1,5	0,9
Da qual: saldo da balança de bens e serviços	1,4	1,6	0,8	1,4	-	1,4	0,9		0,1	1,4	-	1,0
Saldo da balança de capital	2,0	-	1,7	-	-	1,1	2,3		-	-	-	1,1

Fonte: Relatório da Proposta de Orçamento do Estado 2026

Let's work together



Samuel Fernandes de Almeida
Managing Partner | Tax



Joana Lobato Heitor
Partner | Tax



Bárbara Miragaia
Senior Associate | Tax



Catarina Gomes Correia
Senior Associate | Tax

